



Resistência entre as letras do discurso: índios e negros na província do Pará

Patrícia Raiol Castro de Melo
Universidade Federal do Pará

Belém - PA/Brasil¹

Thomaz Anderson de Araújo Silva
Escola Superior Madre Celeste

Ananindeua - PA/Brasil²

RESUMO: A imprensa do século XIX, geralmente estava vinculada a algum partido ou facção política. Essa espécie de jornalismo político a transformara em extensão da tribuna. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é elucidar ações empreendidas tanto pelo indígena, quanto pelo Negro ao longo do Oitocentos, percebidas nos discursos presentes em periódicos e analisados a partir das reflexões de Mikhail Bakhtin sobre o caráter dialógico do discurso. Este artigo, procura observar estes objetos não enquanto meras vítimas, subjugadas pelo colonizador, mas sim, enquanto sujeitos ativos do processo histórico. Os jornais aparecem como pedaços de significação, reveladores de fragmentos sociais e de facetas que o universo imperial paraense obtinha.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Indígena, escravidão

ABSTRACT: The press of the XIX century was usually connected to some faction or political faction. This kind of political journalism was turned it into a tribune extension. Based on this idea, the aim of this research is elucidate enterprising actions by the indigenous and Negro through the 19th century noticed on speeches presented on brochures and analyzed according to Mikhail Bakhtin's reflections about the speeches' dialogical character. This article observes these objects not only as victims undervalued by the colonizer, but, also as active agents of its historical process. The newspaper come up as an important piece of it which reveals social fragments obtained by the paraense royal universe.

KEYWORDS: Press, Indigenous, slavery

¹ Graduanda em História (Bach./Licenc.) pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é bolsista de iniciação científica do Programa de Auxílio ao Recém-Doutor (PARD), vinculado à mesma instituição, onde desenvolve projeto de pesquisa intitulado “Índios, Terra e Trabalho no Pará (1845-1889)” sob orientação do Professor Dr. Mauro Cezar Coelho. E-mail para contato: paty-raiol@hotmail.com.

² Graduando em História (Bach./Licenc.) pela Escola superior madre Celeste. Pesquisador autônomo de pesquisas relativas á criminalidade escrava na segunda metade do século XIX. E-mail para contato: thomazmoreno_0@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Nelson Werneck Sodré, demonstra que os jornais do século XIX, via de regra, eram jornais de expressão ideológica, veículos de manifestação política, portanto espaços de debates políticos, estando atrelados aos assuntos oficiais do Estado.³ Era a voz de seus editores, na maioria das vezes literatos, homens de ciência, homens da elite.

Os Jornais publicados nas últimas décadas do século XIX eram, aparentemente, muito semelhantes. Em geral apresentavam quatro páginas, dedicadas a artigos, editoriais e anúncios ou publicações oficiais. Embora, a maioria destes periódicos estivesse vinculada a algum partido ou facção política, nem sempre se designavam “órgão oficial” dessa ou daquela agremiação. Os assuntos de maior relevância eram aqueles considerados, geralmente, de natureza política, como a substituição de presidentes de Província, comentários sobre a atuação dos legisladores provinciais e gerais e o processo de emancipação da escravidão, a imigração e colonização, bem como orçamentos, das administrações provincial e imperial.

Por outro lado, os jornais de oposição, em especial os de orientação Republicana, enfatizavam os pontos de vista contrários à ordem vigente, indicando omissões e equívocos. As redações geralmente estabeleciam uma espécie de Código de ética para publicações com o intuito de evitar artigos, contendo calúnias e difamações. Contudo era principalmente nesse espaço que se davam as polêmicas, intrigas e debates, dos quais muitas vezes os próprios redatores ou pessoas ligadas ao jornal participavam, geralmente, utilizando pseudônimos.

O rápido processo de modernização, por que passavam os jornais, lhes dava condições de acompanhar e participar com mais agilidade, dos debates que ocorriam em várias instâncias da vida nacional. Eles pareciam conquistar um prestígio cada vez maior entre os leitores, que esperavam deles alguma contribuição para solucionar os problemas que o afligiam.⁴

³ SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁴ QUEIROZ, Jonas Marçal de. Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará (1877-1888). In: **COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de (org.). Amazônia: Modernização e Conflito (séculos XVIII E XIX)**. Belém: UFPA - NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001, p.84.



Nesse sentido, José Murilo de Carvalho argumenta que, não por acaso, os políticos se viam forçados a complementar a tribuna com a imprensa, muitas das vezes, mantendo seu próprio jornal, fosse para cobrir os meses de recesso do Congresso, fosse para alcançar um público mais amplo, até mesmo de outras regiões do país.

A velocidade com que notícias e opiniões circulavam, aumentava a percepção que os leitores tinham entre o seu mundo e os outros mundos, bem como afirma Roger Chartier, utilizando Michel de Certeau, de que o leitor é um caçador que percorre terras alheias.⁵ No Brasil, as maiores mudanças nos periódicos, se deram a partir da década de 1850, com a introdução das tipografias a vapor. Lentamente, os jornais tiveram seus formatos ampliados e foram acrescidos de novas seções, mudando a diagramação e os caracteres. Muitos foram transformados em diários e passaram a ser vendidos nas ruas, trens e barcos.⁶

Indubitavelmente, a imprensa é uma fonte privilegiada para a construção do saber histórico. Contudo, essa grande importância direcionada à utilização dos periódicos como fontes históricas, nem sempre existiu.

A historiografia brasileira do século XIX e de parte do século XX, pouco utilizou os jornais como fontes de investigação, vistos como pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que eram tomados como porta de afirmação ideológica, “enciclopédias do cotidiano” constituídas por registros fragmentários do presente, imagens parciais, distorcidas e subjetivas, realizados sob interesses, compromissos e paixões.⁷ Concepção criticada a partir dos anos de 1930, pelos *Annales*.

Peter Burke compreende a Escola dos Annales, enquanto movimento. Para ele, a maior contribuição (incluindo-se as três gerações) fora expandir o campo da história por diversas áreas, ampliando o seu território por áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais.⁸

⁵ CHARTIER, Roger. **A aventura do Livro do Leitor ao Navegador**. Conversações com Jean Lebrun. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1999.p.77.

⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.* pp. 258-259.

⁷ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas*. 2. ed. SP: Contexto, 2006. p.112.

⁸ BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia** – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 199. p. 126.



Nessa perspectiva, os aspectos já defendidos por Burke, bem como a nova concepção em torno do *documento*, sistematizada por Le Goff,⁹ nortearão o trabalho ora aqui proposto. Nossa análise, portanto é orientada pela idéia de que os periódicos, enquanto documentos históricos, não são qualquer coisa do passado, mas um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.¹⁰ Ao mesmo tempo, adotar-se-á a perspectiva dos vencidos, isto é das camadas e grupos sociais antes ignorados. Uma história vista de baixo¹¹ de populações indígenas e negras do Pará, ao longo do XIX.

Lília Schwarcz afirma que as seções de jornal oferecem “pedaços de significação”, que se amoldam uns aos outros ou não, reafirmando-se ou negando-se, mas que de toda forma parecem construir uma espécie de caleidoscópio em que, com um único jogo, e com os mesmos elementos, formam-se múltiplas imagens.¹² Sua lógica associadas às reflexões de Mikhail Bahktin, sobre o caráter dialógico do discurso,¹³ propicia a percepção de várias vozes, ecoadas entre grupos da elite paraense, e de suas formulações, em torno das populações indígenas e negras, existentes na Província, nesse período. As informações obtidas em Jornais paraenses, como *O Doutrinário*, *Treze de Maio*, *Baixo Amazonas*, *O Contemporâneo*, *O Tolerante*, *o Teo-Teo* e *A Constituição*, ora se completam, ora se refutam ou se confirmam. Estes periódicos foram cruzados com a documentação de Governo e os Relatórios, falas e exposições dos Presidentes de Província, explicitando a voz dessas elites representadas na figura de seus editores.

O ÍNDIO E A HISTÓRIA: DO ROMANTISMO DE ALENCAR ÀS “BRENHAS” DA PROVÍNCIA PARAENSE

A História construída pelos intelectuais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, coloca o indígena como ícone da identidade nacional. Um verdadeiro herói

⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____ . **História e memória**. 5ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. pp. 525-541.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* pp. 535-536.

¹¹ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP 1992. pp. 39-62.

¹² SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.99.

¹³ BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.



exaltado pela geração romântica de Alencar.¹⁴ A literatura encontrava no indígena, o símbolo mais honroso, no sentido de se construir um passado. Era a imagem ideal que permitia indicar uma origem mítica e unificadora em contraposição ao negro, o maior ícone da escravidão.¹⁵

O Brasil entendido como resultado da correlação entre o desenvolvimento do país e o aperfeiçoamento das três raças que o compunham, direcionava ao índio, a crença na restituição de sua dignidade original. Para isso, o homem branco deveria ajudá-lo a galgar os degraus da civilização. Por outro lado, ao negro restava o espaço da detração, uma vez que carregava a pesada carga da impossibilidade de adaptação. Sendo representado como um exemplo de grupo incivilizável, um verdadeiro impedimento ao progresso da Nação.¹⁶

Os intelectuais do IHGB esforçavam-se para tornar o índio um dos mitos da memória nacional exemplificado em personagens como Iracema e Peri criados por José de Alencar, que conforme as reflexões de Alfredo Bosi tornam nulos os sinais que diferenciariam invasores e nativos, construindo na história nacional a imagem do índio herói belo e bom¹⁷, retornando ao modelo *rousseiano*: a imagem do “bom selvagem” tão característico do século XVIII.

O modelo de representação do indígena, criado sob ideais românticos, falira, ainda assim, conforme aponta Mauro César Coelho,¹⁸ intrigantemente, isso não promovera um novo dimensionamento da participação histórica do indígena; antes contribuiu para a construção de visões que a diminuía. O que para Manuela Carneiro da Cunha, é resultado da adoção de uma postura, como aponta:

Por má consciência e más intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e os destruíram. Essa

¹⁴ BOSI, Alfredo. O Romantismo. In: _____ **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994. pp. 91-160.

¹⁵ SCHWARCZ, Lilian Moritz. O indígena como símbolo nacional. In: _____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 139-140.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilian Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: Guardiões da História oficial. In: _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 111-113.

¹⁷ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; SILVA.

¹⁸ COELHO, Mauro César. **Índios e historiografia, os limites do problema: o caso do Diretório dos Índios**. Ciências humanas em revista, Universidade Federal do Maranhão. Centro de ciências humanas, São Luiz, 2005. v. 3, n.1. pp. 15-16.



visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do Capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos.”¹⁹

Nos caminhos das pesquisas dos últimos anos voltadas para a História indígena e do indigenismo, apresentam-se de fundamental importância, os trabalhos de Stuart Schwartz²⁰ e John Manuel Monteiro²¹. Ambos analisam os primórdios da escravidão na América Portuguesa, considerando a importância da escravidão indígena. Não assumem, no entanto, os índios como meras vítimas passivas, manipuladas pelas mãos dos portugueses, tampouco como aqueles que não souberam fazer as escolhas certas. Seus trabalhos apontam para a relação entre índios e conquistadores como um processo conflituoso, no qual os interesses, de parte a parte, foram fundamentais para o estabelecimento de associações e para o exercício da violência. Outros autores seguiram a perspectiva apontada por eles²² e é onde se enquadra também a proposição assumida pelo trabalho aqui em questão.

A despeito do avanço das pesquisas em ambos os campos, nos últimos anos, a temática indígena permanece diminuta se comparada ao estudo de outros agentes históricos do passado e do presente brasileiros, portanto pensar as sociedades indígenas enquanto aquelas que analisaram o que lhes acontecia, que reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências, em que eram donos da

¹⁹ CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. pp. 17-18.

²⁰ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²¹ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**: Companhia das Letras, 1988.

²² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII**. *Revista de História*, São Paulo, n. 129-131, p.179-208, ago./dez. 1994; SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811**. São Paulo: Nobel; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983; VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. WRIGHT, Robin M. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro-Campinas**, São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental - ISA, 2005.



percepção de uma política e de uma consciência histórica, fazendo-as sujeito e não apenas vítimas, é como Manuela afirma: só é nova eventualmente para nós.²³

Tratando designadamente da província paraense, a definição de identidade em consonância com o Estado Nacional toma uma dimensão mais complexa em função das condições econômicas e sociais da região. O cenário local compreende um quadro distinto do conjunto do Império, um contingente populacional que em sua maioria, é formado por indígenas, aldeados e livres, tapuios e mestiços, pobres sem instrução e modos civilizados. Um povo visto como uma *horda de selvagens!*²⁴

Tal conjuntura se mostrava uma oposição ao clima de desenvolvimento que se ambicionava instaurar no país e, conseqüentemente na Amazônia, era importante determinar que lugar estes sujeitos ocupariam na sociedade que se pretendia construir.

Tomada como *porção desvalida da humanidade*, dizia-se que as populações indígenas viviam errantes pelas “*brenhas*”, e que precisavam ser pacificamente civilizadas, através da educação, para que viessem a auxiliar no desenvolvimento das indústrias do país como braços livres, novos instrumentos de produção que eram.²⁵

POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM PERIÓDICOS: O CASO DE UM JORNAL CONSERVADOR

A *Constituição*, periódico publicado vespertinamente de 1872 a dezembro de 1886, é um grande exemplo de que os conteúdos jornalísticos do XIX mantinham estreitas relações com redes de interesses particulares. Os sujeitos que formavam A *Constituição* o intitulavam como “órgão do partido conservador”, suas sessões e artigos, demonstram seu compromisso partidário e os confrontos entre conservadores e liberais.

A *Constituição* registra entre os meses de janeiro e abril de 1886, um número elevado de delitos negros, cuja maior parte deles envolvia escravos que fugiram ou desafiaram a ordem pública ao andarem bêbados pela província. Estes delitos, sob a perspectiva do escravo poderiam representar um rompimento total com a sociedade que o

²³ CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 18.

²⁴ *O Doutrinário*. Sabbado, 6 de Maio de 1848, nº 20 e 21.p. 3.

²⁵ *O Doutrinário*. Segunda-feira, 16 de Abril de 1849, nº 79.pp. 2-3.



oprimia, ao exemplo das fugas e suicídios, ou um rompimento parcial como eram os casos de *embriaguez*.

Em 1886, o presidente da província Tristão de Alencar Araripe, compunha o partido conservador. Sendo assim, a partir deste ano, o jornal *A Constituição* obtinha duas funções: propagar os feitos conservadores e divulgar as “ordenadas” providências do *mui digno presidente da província* e de seus “patrícios”.

O jornal estruturava-se em quatro páginas, nas quais sessões fixas e não fixas ocupavam este espaço que raramente noticiavam cenas alheias aos embates entre os conservadores e os seus inimigos políticos. Outra categoria de notificação comum nas páginas deste periódico são os feitos diretos ou indiretos da gestão de Tristão de Alencar Araripe.

Como exemplo, mencionamos o caso referente à *Segurança pública* belenense, de responsabilidade do já citado presidente de província, que dividira com João Polycapo dos Santos Campos, a chefia da polícia. Logo, o trabalho de João Polycapo a frente da polícia representava os interesses do presidente da província e do partido conservador.

O chefe de polícia da província, na sessão “*Polícia*” demonstra o caráter dual de seu cargo público. Preocupando-se em deixar claro, como se encontrava a situação da província tanto para o presidente da mesma, quanto para a sociedade em geral.

ORDEM E MORAL PÚBLICA: OS DISCURSOS DE DISCIPLINARIZAÇÃO DO NEGRO EM A CONSTITUIÇÃO

*[...] os periódicos revelam um universo multifacetado feito de “pedaços” de significação. A cada nota, poema, anúncio ou notícia se redesenham imagens desse império que se “queria civilizado”, mas se encontrava profundamente marcado pela escravidão [...]*²⁶

A indicação de Schwarcz indica que os discursos feitos por meio dos periódicos oitocentistas devem ser vistos como construções que de maneira *Dialógica* estabeleciam contato com outras alocações e idéias. Não podemos isolar os jornais dos debates internos e

²⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Registros escravos: Repertório das fontes Oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional**. RJ: BN, 2007.



externos a respeito de assuntos que eram de “necessária importância” para as elites provinciais.

Muitos debates provenientes, sobretudo da Europa, foram travados no Império, gostaríamos de destacar um deles. O debate que pretendemos elucidar refere-se à *Criminologia*, idéia que contribuiu para que as políticas de *disciplinarização* dos escravos se processassem, ao lado da séria crise a qual o regime escravista brasileiro encontrava-se desde 1850.²⁷ As idéias *criminológicas* iniciaram sua difusão no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Cesare Lombroso fora o principal difusor e problematizador dos ideais *Criminológicos* no mundo neste período. Suas teorias eram vistas como conhecimento científico, seus métodos como “verdades” capazes de indicar um *delinqüente* por meio de sinais anatômicos.

Tais teorias direcionaram as políticas criminais no Brasil do fim do XIX até a segunda metade do século XX²⁸. O negro, além de representar um entrave para a sociedade que estaria fadada ao estaque se não fosse branqueada²⁹, passou a ocupar o imaginário senhorial de outras maneiras. Além de ser um empecilho ao *progresso* imperial, os negros passaram a ser denotados pela elite senhorial como uma eminente “onda” que a qualquer momento podia revoltar-se contra o regime a exemplo dos escravos no Haiti, Bahia e Pará com a Cabanagem.³⁰

Como podemos observar, a sociedade oitocentista carregava em seus meandros, idéias que figuravam o escravo como agente de alta periculosidade. Questões referentes à segurança pública surgem constantemente nos artigos do jornal. O tema perdia em espaço apenas para as notícias políticas.

O considerável espaço reservado para as notícias referentes à segurança pública, no *A Constituição*, conduz ao seguinte questionamento: o espaço secundário, porém expressivo

²⁷ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. In: _____. *Da senzala à colônia*. 4 ed. SP: UNESP, 2003. pp. 489-519. & WISSENBACH, Maria Cistina Cortez. *Sonhos africanos e vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. SP: HUCITEC, 1998.

²⁸ ALVAREZ, M.C. *A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais*. *Revistas de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2002 pp.677-704.

²⁹ Segundo Lombroso a pele negra era uma indicativa propensão ao crime. Ver mais em: SCHWARCZ, Lilia Mortz., *O espetáculo das raças: cientistas instituições e a questão racial no Brasil- 1870- 1930*. SP: Companhia das letras, 1993.

³⁰ A respeito do medo que os escravos geravam aos senhores ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Sobre a participação do negro na Cabanagem ver: SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. 3. ed. Belém: IAP, 2005.



que os relatos policiais ocupavam no cerne do periódico, relacionavam-se com os aspectos políticos do mesmo?

No dia 13 de março de 1886, uma seção intitulada “*Contrastes*” é publicada logo após a seção “*Polícia*”. Como veremos mais a frente, este artigo efetuou ferrenhas críticas ao Estado em que a segurança pública estava antes dos conservadores assumirem o poder. Observemos alguns trechos deste artigo de autor anônimo:

*A nossa estatística criminal já não se impõe pelo terror. Vae sensivelmente melhorada a ordem publica [...] mudaram-se os tempos e os nossos costumes entram em uma nova phase. Benefico vento varre do nosso ceo social as impurezas que enervavam a moralidade publica, apresentando-nos aos olhos do mundo civilizado como uma cohorte de servagens, capaz de todos os desatinos [...]. Gravíssima responsabilidade tinha o governo liberal nos crimes que offendiam os nossos creditos [...] não tínhamos policia[..] a propria policia furtava nossas galinhas, ora nos remexia nos bolsos com um desembaraço que admirava. Mudaram-se os tempos...Hoje o cidadão já não anda exposto como n´aquelles gloriosos tempos e temos fé que muito mais haveremos de conseguir logo que tenha desaparecido d´uma vez a ... herança[...]*³¹

Como visto, os artigos de *A Constituição* que faziam alusão aos serviços públicos podiam demonstrar o comprometimento político deste periódico. A sessão *Contrastes* aponta para a interpretação de que o universo político-ideológico, conectava-se á esfera pública, baseando-se na percepção de que o presidente de província representava interesses do partido conservador, logo este jornal, apresentava-se como pertencente a esta facção existente na tribuna.

Mas, como ouvir o escravo por meio deste veículo de comunicação dirigido por aqueles que os reprimia e que, por ele, discutiam temas verticalizados onde muito raramente o escravo aparecia opinando como interlocutor? Tarefa difícil, porém possível.

Se os jornais, como maior parte das fontes em que os escravos aparecem, não são produzidos por estes sujeitos, o pesquisador deve perceber a *Heterologia* dos discursos, isto é, a diversidade de vozes ou enunciados contidos em um texto³² para que consiga trazer à tona fragmentos da realidade a ser estudada.

³¹ *A Constituição*. 13 de março de 1886.

³² BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: *BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. 2ª ed. Rev. – Campinas, SP: UNICAMP, 2005. pp. 25-36.



A fonte citada a pouco expõe algumas estruturas sociais que apesar de não mencionarem os escravos, citam questões inerentes aos seus espaços e ações dentro da província, suas limitações e obstáculos que muito ajudam o historiador na empreitada de ouvir a voz do negro. Os termos *ordem*, *Moral Publica* e *Civilização*, termos muito difundidos nos jornais oitocentistas, aparecem como bordões no texto “*Contrastes*”. Estes termos não podem ser dissociados de uma série de teorias que submetiam o negro a um constante estado de suspeição por parte da sociedade branca. Os negros, eram representados, como aqueles que não poderiam ser “civilizados”, como *criminosos natos* constituintes de uma raça de *degenerados*, que *atrasava o progresso* da Nação.

Além destas teorias em pleno processo de atividade dinamizado pelos intelectuais do período. Uma série de experiências nas quais os escravos participaram ou geraram conflitos contra os regimes escravistas dentro e fora do Brasil na primeira metade do século XIX, reverberavam no imaginário senhorial. Passava-se a crer cada vez mais na idéia de que os negros deveriam ser controlados, haja visto que, não poderiam ser “civilizados”.

Estas concepções estavam ligadas à necessidade de controlar socialmente o negro, o verdadeiro representante de um irreversível problema que ameaçava a Ordem pública. Se a figura do negro foi capaz de inspirar a construção de uma extensa malha coercitiva que visava controlá-lo socialmente, malha composta por milícias urbanas (polícia), sertanejas (capitães do mato) e instrumentos de punição, tais como o açoite público, estes ocorreram devido à capacidade de resistência que o escravo obtinha. Capacidade que esta elite negava em discurso, mas admitia em ações, uma prova disso são estes diversos métodos coercitivos que a sociedade escravocrata desenvolveu ao longo do regime.

A sociedade escravista preocupava-se muito com a aplicação de punições públicas aos negros. Graças a esta característica as instituições escravocratas deixaram muitos registros públicos nos quais os negros aparecem muitas vezes, não como interlocutores. Nem por isso deixam de falar a quem os queira ouvir por meio dos registros de prisões, autos criminais, listas de presos da cadeia pública, e das notícias publicadas em *A constituição* por João Polycapto Campos acerca de escravos presos por delegados e subdelegados de distrito, freguesia e até de outras províncias.



ÍNDIOS E NEGROS: ATOS DE RESISTÊNCIA ENTRE AS VOZES DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS

A inclusão de indígenas e negros na sociedade oitocentista não ocorrera de maneira unívoca. Ao contrário dos primeiros, os negros eram considerados seres irreversíveis, ora pelos conceitos religiosos que os viam como descendentes de *Cam*, personagem bíblico amaldiçoado por seu pai Noé após rir de sua nudez, ora pelos conceitos cientificistas da segunda metade do século XIX.³³

Por pertencerem a uma raça considerada *pecaminosa e degenerada*, o Negro não encontrava possibilidade de ser civilizado. As políticas que visavam o progresso social, voltadas para os negros, não possuíam caráter integrativo como no caso indígena.

Subjugados a pré-noções, que normalmente o impossibilitavam de consideráveis mudanças na sociedade branca que o via sempre como inferior, os negros criavam e resignificavam estruturas, para que o regime se tornasse mais suportável. Quando estas estruturas já não supriam as necessidades do escravo, em muitas ocasiões, recorriam a táticas extremas para se livrarem dos incômodos gerados pelo regime escravista.

Frente a este projeto civilizacional, desempenhava o papel de *conflitante e negociador*. Resistia muitas vezes por meio de delitos, fugas e práticas lúdico-culturais, mas era representado sempre como propenso ao crime e ameaçador da *Ordem pública*, estivesse tutelado por seu senhor, e mais ainda, se fugidos e embrenhados nas matas. Daí a frequente preocupação das autoridades com a destruição de Quilombos e outros espaços, onde o Negro almejava alcançar livre autonomia.

Já o índio surge como um ser redimível, passível de ser catequizado e por essa via, retirado de sua posição bárbara e errante. Para isso, era necessário, retirá-los das matas, para que assim fossem introduzidos à sociedade dita civilizada, deixando de perturbar a *Ordem e a Segurança pública*.

Façamos aqui uma breve digressão. Quando discorremos sobre estas políticas controladoras e anti-insurrecionais, ocorridas no Dezenove, inevitavelmente recaímos em lembrar as medidas assumidas pelas autoridades, mediante as conseqüências da Cabanagem.

www.veredasdahistoria.com

³³ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 41.



Desde os anos de 1834 a política empreendida por Lobo de Sousa, já demonstrara a urgência em combater quaisquer indícios de forças insurrecionais.³⁴ O então presidente, criara os cargos de *Comandantes militares* na província. Atitude que já prenunciava a preocupação com as ameaças cabanas que já se apresentavam como perturbadoras da Ordem, da tranqüilidade e da segurança pública.

Essa política, iniciada por Lobo de Sousa, tivera seu prolongamento, com a determinação de criação dos *Corpos de Trabalhadores* da província, pelo General Soares de Andréa, em 1838, justificada pelo discurso do compromisso em acabar com todo tipo de desordem e ociosidade, promovida pela horda de desocupados que ameaçavam a tranqüilidade pública e as forças vitais da província, além de resolver o problema premente de falta de mão-de-obra. Os Corpos eram a própria representação do Monopólio exercido pelo poder estatal, que através do *trabalho*, buscava não só “braços” necessários para o serviço público, como também integrá-las à sociedade, isto é, impor a elas a disciplina, necessária à tranqüilidade e segurança pública da Província.

Neste momento, aos comandantes militares foram atribuídos o poder de chefia dos Corpos de Trabalhadores, responsabilizados, por realizar os recrutamentos de todo homem, designado enquanto *índio, mestiço ou preto, que não fosse escravo, e não tivesse propriedade, ou estabelecimentos a que se aplicasse constantemente*. Estes, seriam selecionados para trabalhar no serviço da *lavoura, do comércio e de obras públicas*.³⁵

Não obstante, as autoridades dispensam ao indígena, especificamente, por vezes, um discurso que realça seu direito à liberdade. Diferentemente do Negro, considerado por si só, *escravo da Nação*. Contudo, a exploração do trabalho do indígena aldeado ou tapuio, recrutado e dirigido ao trabalho compulsório era mesmo o que se fazia valer.³⁶ Listas nominais de ofícios da companhia de trabalhadores, emitidas por seus comandantes³⁷ evidenciam a grande quantidade de indígenas no interior dos corpos. Logo, se por um lado, este indivíduo era colocado como homem livre, por outro era contraditoriamente

³⁴ NETO, Carlos de Araújo Moreira. Igreja e Cabanagem (1832-1849). In: HOORNAERT, Eduardo (Coord.). **História da igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 273.

³⁵ Lei de 25 de Abril de 1838. APEP: Collecção das Leis provinciales do Pará, Pará 1838, Typ. Restaurada, Rua d' Alfama, nº 39-nº2.

³⁶ NETO, Carlos de Araújo Moreira. *Op. Citi.* pp. 277.

³⁷ Ofícios das Companhias de trabalhadores. Fundo da Sec. Da presidência da Província. Série 13, ano(1848-1849). Caixa nº 122.



escravizado, detratado, marginalizado. Na proposição de Ítala Bezerra da Silveira;³⁸ “verdadeiros servos de gleba”, embora esta assertiva da autora, receba a crítica de alguns estudiosos do assunto, considerando-a como um marxismo pueril.³⁹

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, o Regulamento de 1845 viera pôr fim ao *Vazio de Legislação*⁴⁰ deixado desde a promulgação da Carta Régia de 1798. Este novo Regimento apresentara-se como a lei indigenista básica de todo o império, por onde se instituiu o cargo de *inspectoría geral dos índios* que passaria a ser a responsável pelos aldeamentos, subordinando desse modo, a ação dos missionários.

Não raro, a imprensa divulgava as insatisfações não só de religiosos, como também de autoridades políticas quanto às atrocidades cometidas pelos inspectores, que muitas vezes se utilizavam da mão-de-obra recrutada ou para seus interesses particulares ou para interesses de seus amigos mais íntimos. Esses atos, acusados de imorais, evidenciavam a forte rivalidade entre o poder público e o privado nesse período.

A imprensa geralmente exaltava os feitos religiosos de *catequese e civilização dos indígenas*, realizados desde os tempos de atuação de homens como Vieira, Nóbrega e Anchieta. Sentia-se falta dos efeitos positivos obtidos por meio da religião, pois somente ela tinha:

Palavras de uma energia inexplicável para penetrar até o íntimo da alma, suscitar no coração humano, o gérmen amortecido desses sentimentos que fazem que o homem seja homem, e suprir a falta do desenvolvimento da intelligencia”⁴¹

Ainda assim a categoria de diretores conseguia se manter, ainda que de forma insuficiente. Em 1855, Pinto Guimarães, informa a existência de 15 Directorias que compreendiam 14 aldeamentos. Dentre estas, apenas 5 estariam funcionando, as de: *Santa Theresa, Santa Cruz, Cury, Ixituba e Maloca Nova*, enquanto as demais, achariam-se em

³⁸ SILVEIRA, Ítala Bezerra da Silveira. *Corpos de Trabalhadores servos de gleba?* In: _____ **Cabanagem: uma Luta perdida**. Secretaria de Estado da Cultura, Belém-Pará, 1994. pp. 147-247.

³⁹ Sobre este problema conceitual ver o trabalho de: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da Revolta: Trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**, Tese de Doutorado; PUC de São Paulo, 1998.

⁴⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Política indigenista do século XIX*. In: _____ **História dos índios no Brasil**. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, São Paulo: Companhia das letras. pp.133-154.

⁴¹ *O Doutrinário*. Segunda-feira, 16 de Abril de 1849, nº 79, 4º série, pp.2-3.



completo abandono pelos respectivos directores que segundo ele: *servem-se desse cargo para tirar proveito do trabalho dos indígenas*”⁴²

Tudo isso, tornava evidente o propósito das elites em elevar a Província ao “nível de civilizada” e para isso, era necessário, não só elevar o povo ao “status” de civilizado, como também as próprias condições materiais da província, incentivando seu potencial:

*O Pará, Senhores na hierarchia social Brazileira, é uma Província de primeira Ordem; mas a outros respeito considerada, ella é a primeira do Imperio por sua vasta extensão territorial, por sua riqueza vegetal e animal, pelos infinitos exquízitos, variados, e preciosos productos, que espontaneamente surgem a porfia do seu fertilíssimo solo. Neste abençoado pais a natureza faz tudo, e o homem só tem o trabalho da escolha. E, pois, Senhores, a Capital desta grande Província deve preparar-se para vir a ser um dia em opulencia e grandesa a primeira Cidade do Norte, como já o é geographicamente, mas para vir a ser opulenta e grande, não basta só a riqueza natural, a natureza produz, mas não edifica; essa tarefa compete ás artes, e ao engenho humano; e uma grande Cidade se reconhece á primeira vista pelos seus monumentos, pelas suas obras, pela sua architettura, e pelas suas construções públicas ou particulares.*⁴³

Sob a égide desse discurso, o projeto civilizador norteava também o empenho na construção e reforma de várias obras públicas como: o Caes da marinha, o quartel do corpo de polícia, cadeia pública da Capital, Edifício do Thesouro público Provincial, aterro da Rua Nova do Imperador, Canal do Igarapé-Mirim, Canal e farol das Salinas, obras de Igrejas, Forte do Castelo, Quartel do 4º Batalhão, Hospital regimental, Santa Caza da Misericórdia, Doca do ver-o-peso, Doca do Reducto, Aterro do Largo do Palácio, abertura de estradas, arraial de Nazareth, chafarizes ou fontes públicas, quartéis, Theatro público, mercado público, Palácio da Presidência, Palácio episcopal, Alfândega, Arsenal de guerra, Caes e ponte de pedra, Cemitérios, iluminação da Capital, aqueduto de água potável, Colégio de Nossa Senhora do Amparo, estacamento de vallas, estradas, ruas, cadeias, igrejas, praças, escavações e aterros, encanamento das águas potáveis, Caes de Camutá e projetos empreendedores como o de se construir uma linha de vapores a navegação, entre a Capital

⁴² Falla de Jerônimo Francisco Coelho (Presidente de Província) de 1º de Outubro de 1848, dirigida á Assembléa Legislativa provincial.

⁴³ *Idem.*



da província e a Cidade de New York, iniciativa do cidadão Norte-americano Thomas Reiney.⁴⁴

Além do mais, havia também a preocupação com obras de saneamento e higienização da cidade, incentivados pela preocupação e interesse em melhorar a *Saúde pública*. Por isso, tornava-se de grande importância, extinguir os pântanos, considerados os maiores responsáveis pelas *pestilências e exalações perniciosas*. É o que diz o presidente Augusto de Aguiar em 1851:

A saúde pública é o primeiro dos interesses” ele informa que entre “todos os outros respeitos, esta Capital se apresenta, nesta matéria, em estado tal de atraso, que contrasta notavelmente com a marcha rápida da sua civilização⁴⁵

Uma sociedade civilizada era senão o reflexo de sua educação. Isso explica a constante preocupação com o aperfeiçoamento da *instrução pública*, quando do financiamento de estudantes em academias estrangeiras e provenientes delas para ocupar as cadeiras importantes do Liceu, e a preocupação com a construção e reformas dos prédios escolares.

Desse modo, a sociedade paraense ia sendo conduzida e construída entre a *religiosidade* e o *militarismo*, entre a *moralidade* e a *Ordem*. Isto é, sob os preceitos religiosos de seus missionários, associados às ações militarizadas no seio de suas diversas *Colônias militares*, que gradualmente, foram sendo elevadas às categorias de *Villas, Freguezias e Cidades* e entre estas, personagens índios ou negros, também deixavam marcas e inevitavelmente, faziam a história de seu tempo.⁴⁶

Se a intranquilidade pública desde os anos de 1830, fora ameaçada pelas revoltas dos cabanos, na década posterior, restabelecida a ordem e a tranquilidade, esta passava a ser ameaçada pelo desequilíbrio causado por um grande número de *fugas e deserções*. Relativos a estes, serão descritos, alguns exemplos que afligiam as autoridades, provocando nelas a necessidade de mecanismos que fossem capazes de controlar, ao serem formulados.

⁴⁴ As obras públicas citadas são dados retirados de diversos Relatórios, fallas e exposições de Presidentes de Província entre os anos de 1845-1860, presentes no acervo do APEP.

⁴⁵ Exposição de 9 de Dezembro de 1851, Augusto de Aguiar (Presidente de Província).

⁴⁶ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. A história, os homens e o tempo. In: _____ **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.



Dentro dessa diversidade de políticas controladoras, além dos já referidos corpos de trabalhadores, foram criados o *Corpo Provincial de Caçadores de polícia*, cuja função era se “embrenhar” e realizar verdadeiras “caçadas” de perseguição aos fugitivos da *Guarda Policial*, força organizada em 1836 a partir da dissolução da *Guarda Nacional* pelo Decreto de 22 de Setembro de 1835. Naquele ano, a Guarda Nacional deveria ficar suspensa por apenas três anos, podendo o presidente da Província armar até 600 cidadãos dos referidos guardas e dar-lhes a organização conveniente. Foi daí que surgiram, os *Corpos da Guarda policial*, necessários na época para prestarem serviços á ordem da província.

Por estes tempos de 1848, O presidente Jerônimo Francisco Coelho, vota pela restituição da Guarda Nacional, haja visto a segurança e tranqüilidade pública, terem sido restituídas, como diz:

*já é tempo de substituir a criação temporária daquela força, restabelecendo a criação permanente da Guarda Nacional, que a Lei autorisa.*⁴⁷

Para ele, esta medida de restauração da Guarda, era a única forma de desmilitarizar a província, subjugada pela ação dos *Commandantes militares*, como podemos perceber em suas críticas aos comandantes militares:

*Província que até hoje ainda vive militarizada e sofrendo toda casta de vexames que imaginar pode o coração desses satanazes*⁴⁸

Outra corporação criada na época, fora os *corpos da companhia de imperiaes marinheiros*, mas o que estes mencionados *Corpos* possuíam em comum é que entre os indivíduos recrutados, muitos eram indígenas que eram oferecidos aos mesmos depois de serem aprisionados pelas “caçadas” empreendidas pelas “brenhas” das matas. Com relação a isso, aponta o Senador Hollanda Cavalcanti em sessão ordinária de 1º de Julho de 1848, publicada no Jornal *O Doutrinário*:

⁴⁷ Falla de Jerônimo Francisco Coelho (Presidente de Província) de 1º de Outubro de 1848, dirigida á Assembléia Legislativa provincial.

⁴⁸ *O Teo-Teo*, Sexta-feira, 4 de Julho de 1848. Retirado da notícia oficial: “*O Presidente da Província do Pará na administração de 1848, restituindo aos paraenses os seus direitos como o quer e manda o pacto fundamental que nos rege.*” emitida pelo Presidente Jerônimo Francisco Coelho.



a maneira com que se fazia o Recrutamento dos índios era uma verdadeira caçada[...]semelhante forma de recrutamento é muito prejudicial[...]Se se pretende, como devemos, lançar os olhos sobre a província do Pará, proteger a sua navegação, promover a sua indústria e procurar relações com os vizinhos da parte de fora, donde nos podem provir tantas vantagens, então cree-se ali uma companhia de imperiaes marinheiros, fação os índios ali mesmo o seu trabalho, seja-lhes este pago, mostre-se que se quer protegê-los. Mas arranca-los de suas famílias para nunca tornarem ás suas casas é muito Mao meio. Portanto é necessário muito cuidado com estes imperiaes marinheiros, a fôrma por que se pratica esse recrutamento deve-nos ser muito prejudicial.⁴⁹

De onde se extrai que o assunto das deserções, parecia ser uma das grandes pautas de discussão entre as autoridades.

As fugas se davam em virtude dos violentos maus-tratos sofridos por essas populações, desde o momento em que eram recrutados por esses “caçadores”. Algumas vezes, os fugitivos abandonavam seus lares, buscando acolhida em casa de seus vizinhos.⁵⁰ Outros, fugiam da desventura de trabalhos pesados na lavoura, fosse para o Estado, fosse para proveito particular de seus Comandantes militares ou inspectores dos aldeamentos.

De outro modo, as páginas do *Treze de Maio*,⁵¹ afirmam que pequenos Tapuios e Tapuias, vinham do Sertão da Província, não somente contra sua vontade, mas também por vontade própria, para serem empregados como criados. Havia ainda, aqueles que se apresentavam como voluntários para servir no *Corpo dos imperiaes marinheiros*, como o caso de Antônio Meirelles, um tapuio de 20 anos de idade, que se apresentara como sendo, natural da Villa de Santarém e filho de José Rodrigues.⁵²

Outros relatos de fugas encontrados são os interessantes casos de duas tapuias e curumins, que teriam fugido em companhia de Geraldo; um escravo mulato, alto, cheio do corpo, com aproximadamente 35 anos de idade, com sinais de uma facada nas costas, um golpe na ponta do nariz e um dos dedos mínimos das mãos com a cabeça cortada. Propriedade de Innocencio Alves de Faria da Villa de Ega.⁵³

Encontramos o caso de Francisco, conhecido como Chico tapuio, por ser considerado muito atapuiado, indivíduo de mais ou menos trinta anos, estatura regular, cabelo liso,

⁴⁹ *O Doutrinário*. Quarta-feira, 9 de Agosto de 1848, nº 42-2º série, pp.1-2.

⁵⁰ Como é percebido em casos de fugas de indígenas para a província do Maranhão, contígua á Província paraense. In: *O Doutrinário*. Quarta-feira, 9 de Agosto de 1848. nº 42-2º série, p.1.

⁵¹ *Treze de Maio*. Suplemento do Periódico de 23 de Agosto de 1848, nº 828, p.3.

⁵² *Treze de Maio*. Suplemento do Periódico de 23 de Agosto de 1848, nº 828, p.7.

⁵³ *O Doutrinário*. Sabbado, 19 de Agosto de 1848, nº 44, p. 4.



conhecido pela mania de ficar sempre com um olho meio fechado, natural do Distrito de Melgaço, fugira da fazenda cajueiro. Ele furtara e vendera a uns Regatões (dos muitos existentes na contra costa do Marajó) umas cabeças de gado pertencentes aos seus senhores. Acreditava-se que fora procurar sua mãe no Distrito de seu nascimento, ou pelo Rio Tocantins.⁵⁴

Uma iniciativa, para acabar com o problema das deserções são as *Olarias provinciais*, por estas buscava-se estabelecer trabalhos indígenas permanentes e regulares e onde seria pago certa quantia pelos trabalhos realizados. Segundo *O Treze de Maio de 1853*, por essa medida, os índios passam a aparecer mais para realizar trabalhos, principalmente aqueles realizados nas *Obras públicas*.⁵⁵ Embora, segundo a falla do Exmº Senr. Herculano Ferreira Pena, publicada em número posterior do mesmo jornal, denuncie a postura empreendida por certos patrões, no interior destas olarias, como bem podemos observar:

*Mas não tendo recebido na infância o menor princípio de educação, apresentão, com pequenas diferenças, a mesma simplicidade, a mesma imprevidência, os mesmos hábitos de seus avós, e a cada momento illudem as esperanças de quem conta com elles para serviços permanentes. Quando desejão fugir não há interesse que os detenha, mas esse desejo também nasce muitas vezes da injustiça e má fé de certos patrões, que os maltratão; ou não lhes pagão os pequenos salários do estilo.*⁵⁶

Visto o direcionamento das autoridades, ao problema desestabilizador, das fugas e deserções. Um outro ponto que chama atenção é a concepção em torno do conceito de liberdade entre índios e negros. O discurso do Estado dava ao índio, a noção de que era dono de um direito de liberdade, sob o qual amparava-se caso necessário, para reclamar qualquer tentativa de escravidão que se lhe tentasse impor. O caso polêmico de Joaquim Mariano,⁵⁷ ocorrido em Cametá e referenciado em vários jornais da época.⁵⁸ exemplifica muito bem essa questão:

⁵⁴ *Idem, ibidem.*

⁵⁵ *Treze de Maio*, nº 270, de 24 de Dezembro de 1853. pp. 2.

⁵⁶ *Treze de Maio*, nº 290, de 09 de Fevereiro de 1853. pp. 2-3. Falla dirigida á Assembléa Legislativa provincial do Amazonas no dia 1º de Outubro de 1853, segunda sessão ordinária.

⁵⁷ Ofícios emitidos pelo presidente da província: Jerônimo Francisco Coelho ao chefe de polícia interino da província em 1848. In: Ofícios da Presidência ao Chefe de Polícia de 17/08/1848, 16/09/1848, 14/10/1848 e 17/11/1848, APEP, Cod. 1193.

⁵⁸ *O Doutrinário*, Sabbado, 16 de Setembro de 1848, nº 51, p. 3 & Sabbado, 21 de Outubro de 1848, nº58. p.1. *O Teo-Teo*, Sexta-feira, 22 de Outubro de 1848, Sexta-feira, nº 38 & 27 de Outubro de 1848, nº 39 & *Treze de Maio*, 01 de Novembro de 1848, p.8.



Joaquim Mariano era um cafuzo reclamado como escravo, mas com fortes evidências de que seria um índio da nação Caraú, reduzido à escravidão desde sua menoridade. Joaquim de Figueiredo Muniz, na tentativa de escravizá-lo, esbarra na Lei que ampara a liberdade do indivíduo comprovadamente indígena. Joaquim Mariano, defendido com uma ação de liberdade remetida pelo Curador Geral dos Órfãos, é chamado a depor, perante às autoridades e aquele que o reclama como escravo. Deseja-se, afinal, descobrir a raça de Joaquim Mariano, que a essa altura já era *Soldado do Corpo de polícia provincial*. Este caso tivera grande repercussão na imprensa, não só pela questão da arbitrariedade de se tentar escravizar um indígena, mas também pelas acusações de que este teria sido açoitado na cadeia de Cameté, onde estivera preso. Finalmente, o resultado fora a restituição da liberdade de Joaquim, por meio de processo legal e de provas exibidas à presidência e à polícia.

Essa suposta noção de liberdade, poderia mesmo, ser motivo de auto-diferenciação entre índios e negros, sustentando situações desiguais em seu cotidiano, como no caso de Francisca, uma mulata, que fora mandada até a polícia para fazer exame de corpo delito, pois havia sido vítima de maus-tratos e espancamentos, praticados por sua Senhora, a Tapuia Anastásia.⁵⁹

Para a sociedade do dezenove, civilizar-se era uma máxima. Negros e índios, sujeitos considerados inferiorizados, não poderiam, portanto deixar de ser incluídos nas políticas progressistas. Já que eram considerados verdadeiros representantes de sérias e reais barreiras à civilização.

Apesar desta visão que os “civilizados” exerciam sobre a figura ameríndia, ela não foi suficiente para que o *progresso* esperasse reações “*gentis*” destes sujeitos, que não hesitavam em resistir aos planos elitistas quando viam seus espaços invadidos. Em muitos casos, freguesias e aldeias ou segundo o ideário oitocentista, *Civilização* e *Barbárie* ocupavam espaços próximos. Fato que, em tese, devido a permeabilidade das fronteiras, favorecia o plano de *civilização* do branco. Todavia, as comodidades geográficas não eram o suficiente para que condições civilizatórias fossem impostas aos índios, sem oposição por parte destes.

⁵⁹ Ofício de 17 de Agosto de 1848, dirigido ao Chefe de Polícia pelo presidente Jerônimo Francisco Coelho.



O índio foi um sujeito social ativo em seu processo de inclusão social, podia aceitar, negar ou mediar, até certo ponto, sua interação com o universo do homem branco, vejamos no discurso de João Polycapo, o chefe de polícia, como o processo de inclusão social indígena encontrou resistências:

Levei a conhecimento de v. exe. O facto de terem os índios Parintintins atacado os moradores do curuá, ficando pessoas feridas e pedi providencias para garantir a vida dos ditos moradores.⁶⁰

Por vezes, essa resistência aparecia revestida em atos de subversão ou atitudes extremadas. Tome-se como, exemplo, o episódio em que o encarregado do aldeamento de Parichys e os seu ajudantes foram assassinados pelos próprios índios.⁶¹ Ou nas rebeliões empreendidas por estes, contra as comandâncias militares:

Ao longo do Rio Araguaia, o presidio de Santa Maria fora destruído pelos índios por causa das imprudências do seu comandante [...] contra qualquer traição dos índios [...] convém segurar a amizade dos chefes dos índios Carajás e Chambicas, e especialmente dos Caciques José e Caró, aos quais V. Ex^a deve nomear Capitães dos Indios, e mandar uniformes, ferramentas e mais presentes de costume.⁶²

É curioso, observar a maneira com que, algumas vezes, indígenas e negros estabeleciam laços de solidariedade, como percebido no relato do delegado João Valente do Couto, que descrevendo a expedição, organizada para destruir quilombo do Rio Trombetas narra que:

[...] a 2 ou 3 legoas deste Quilombo existe uma maloca de gentios da Nação Uariquena que protegem os Negros das agressões de outras ordas que povoão esses centros, assim como o alto Nhamundá, e forão elles sem duvida que avizarão aos Negros, porque o Capitão João Maximiano em diferentes lugares achou recentes vestígios de seu trânsito, e sem esse auxilio, os negros não poderiam por ali existir, conforme affirma o negro que foi capturado e existe na cadeia desta Cidade[...]⁶³

⁶⁰ A Constituição, 29 de Janeiro de 1886.

⁶¹ Treze de Maio, nº 33, 29 de Maio de 1861. pp.3.

⁶² Treze de Maio, 31 de Março de 1849, nº 887 e 888, p.5.

⁶³ Treze de Maio, Sabbado, 22 de Junho de 1855, nº 619. pp.1-2.



Algumas vezes, estabeleciam relações de rivalidade como constatado, no caso em que índios assaltaram os Mocambos do rio Curuá, matando grande número de quilombolas.⁶⁴

Com base no que foi exposto, percebemos o quanto indígenas e negros aparecem em suas múltiplas facetas, ora compactuando de maneira solidária entre si, ora debatendo-se enquanto inimigos, ou como sujeitos que incorporavam valores da época, criando áreas de resistência que visavam uma adaptação menos violenta ao Regime imposto. Como dono de suas próprias artimanhas, de seus próprios mecanismos de defesa, esperteza, ou sobrevivência.

Ainda aparecem detratados e subjugados por uma cultura diferente das suas, por vezes, vitimados pelo plano político do Estado que dispensara a estes, um lugar e uma representação, mas não aparecem simplesmente passivos como mero joguetes ou fantoches. São personagens que recorrem à polícia por seu direito de liberdade, depondo em seu favor, ou em favor de outrem, ou aqueles que matam, espancam ou escravizam.

CONCLUSÃO

No Oitocentos, a província do Pará era apenas um prolongamento do projeto político empreendido em torno do paço em que se apregoava o discurso de progresso, em que termos como moralidade e ordem pública eram frequentemente utilizados. É evidente que tais repercussões sofreram, inflexões sofridas por disputas políticas locais, que explicam as distinções entre a política imperial e aquela praticada no âmbito Regional.

Para a sociedade do Dezenove a vontade de civilizar-se era uma máxima, no entanto, as formas desenvolvidas para alcançar este objetivo não foram tão ditáveis assim. Negros e índios, sujeitos inferiorizados para a sociedade da época, não poderiam deixar de ser incluídos nas políticas progressistas por serem Representantes de sérias e reais barreiras à civilização. Porém, não receberam tratamento unívoco no que se refere ao planejamento desta elite de incluí-los a sociedade.

Os discursos analisados em cada periódico emitem enunciados e diálogos entre grupos e personalidades políticas relacionados aos seus redatores, cada enunciado emitido

⁶⁴ *Baixo Amazonas*, Sabbado, 5 de Janeiro de 1878. nº 1, pp. 1-2.



leva á lembranças de outros enunciados, carregados de elementos ideológicos de várias vozes sociais, presentes nos discursos das autoridades da província paraense.

Veredas da História

FONTES:

Acervo do Arquivo público do Estado do Pará (APEP):

Documentação de governo:

Lei de 25 de Abril de 1838. Collecção das Leis provinciaes do Pará, Pará 1838, Typ. Restaurada, Rua d' Alfama, nº 39.

Ofícios da Presidência ao Chefe de Polícia de 17/08/1848, 16/09/1848, 14/10/1848 e 17/11/1848, APEP, Cod. 1193

Ofícios das Companhias de trabalhadores. Fundo da Sec. Da presidência da Província. Série 13, ano (1848-1849). Caixa nº 122.

Relatórios, fallas e exposições de Presidentes de Província entre os anos de 1845-1860.

Biblioteca pública Arthur vianna (Fundação Cultura Tancredo Neves- CENTUR):

Periódicos Microfilmados:

A Constituição, 29 de Janeiro de 1886.

A Constituição. 2 de março de 1886

A Constituição. 13 de março de 1886

Baixo Amazonas, Sabbado, 5 de Janeiro de 1878. nº 1, pp. 1-2.

Treze de Maio. Suplemento do Periódico de 23 de Agosto de 1848, nº 828, p.3.

Treze de Maio. Suplemento do Periódico de 23 de Agosto de 1848, nº 828, p.7.

Treze de Maio, 01 de Novembro de 1848, p.8.

Treze de Maio, 31 de Março de 1849, nº 887 e 888, p.5.

Treze de Maio, nº 290, de 09 de Fevereiro de 1853. pp. 2-3.



Treze de Maio, nº 270, de 24 de Dezembro de 1853. pp. 2.

Treze de Maio, Sabbado, 22 de Junho de 1855, nº 619, pp.1-2.

Treze de Maio, nº 33, 29 de Maio de 1861. pp.3.

Biblioteca Grêmio Literário Português:

Periódicos:

O Doutrinário. Sabbado, 6 de Maio de 1848, nº 20 e 21. p. 3

O Doutrinário. Quarta-feira, 9 de Agosto de 1848, nº 42-2º série, pp.1-2.

O Doutrinário. Sabbado, 19 de Agosto de 1848, nº 44, p. 4.

O Doutrinário. Segunda-feira, 16 de Abril de 1849, nº 79, 4º série, pp.2-3.

O Doutrinário, Sabbado, 16 de Setembro de 1848, nº 51, p. 3 &

O Doutrinário, Sabbado, 21 de Outubro de 1848, nº 58. p.1.

O Teo-Teo, Sexta-feira, 22 de Outubro de 1848,

O Teo-Teo, Sexta-feira, nº 38 & 27 de Outubro de 1848, nº 39

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVAREZ, M.C. **A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais.**

In: Revistas de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. *In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: dialogismo e construção do sentido.* 2ª ed. Rev. – Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

www.veredasdahistoria.com

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. A história, os homens e o tempo. *In: _____ Apologia da História ou o ofício de historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.



BOSI, Alfredo. O Romantismo. *In:* _____. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia** – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 199.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CHARTIER, Roger. **A aventura do Livro do Leitor ao Navegador**. Conversações com Jean Lebrun. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1999.

COELHO, Mauro César. **Índios e historiografia, os limites do problema: o caso do Diretório dos Índios**. Ciências humanas em revista, Universidade Federal do Maranhão. Centro de ciências humanas, São Luiz, 2005. v. 3, n.1.

COSTA, Emília Viotti da. A abolição. *In:* _____. **Da senzala à colônia**. 4 ed. SP: UNESP, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista do século XIX. *In:* _____. **História dos índios no Brasil**. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, São Paulo: Companhia das letras.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. *In:* _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In:* _____. **História e memória**. 5ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.



LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas*. 2. ed. SP: Contexto, 2006.

NETO, Carlos de Araújo Moreira. Igreja e Cabanagem (1832-1849). *In: HOORNAERT, Eduardo (Coord.). História da igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da Revolta: Trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**, Tese de Doutorado; PUC de São Paulo, 1998.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará (1877-1888). *In: COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Amazônia: Modernização e Conflito (séculos XVIII E XIX)*. Belém: UFPA - NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**. 3. ed. Belém: IAP, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWACZ, Lilian Moritz. Os Institutos Históricos e Geográficos: Guardiões da História oficial. *In: _____ .O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. O indígena como símbolo nacional. *In: _____ . As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Registros escravos: Repertório das fontes Oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional**. RJ: BN, 2007.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP 1992.



SILVEIRA, Ítala Bezerra da Silveira. *Corpos de Trabalhadores servos de gleba? In: _____ Cabanagem: uma Luta perdida.* Secretaria de Estado da Cultura, Belém-Pará, 1994. SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime de escravidão.* . 3ºed. Belém: IAP, Programa Raízes, 2005.

Veredas da História

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WISSENBACH, Maria Cistina Cortez. *Sonhos africanos e vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880).* SP: HUCITEC, 1998.